

	Autor(a)	Proposta
1	Fábio Araújo Pereira CADES Penha	<p>Sobre as Zonas Especiais de Interesse Social - ZEIS, aponta que a minuta fala sobre a questão dos conselhos gestores das ZEIS, mas que a real problemática são áreas de ZEIS que não possuem características de ZEIS, principalmente ZEIS 1 e ZEIS 3 não possuem as características apontadas pelos própria lei. Não identifica na minuta a possibilidade de ajustes destas áreas e sugere adição à minuta de uma forma dos moradores solicitarem a revisão das áreas de ZEIS com base em suas características.</p> <p>Entrando no tema do meio ambiente e mudanças climáticas, sugere a obrigatoriedade para que as construções possuam captação de água de chuva e colocação de painéis solares a partir de determinada metragem quadrada construída.</p> <p>Considerando o aumento do número de carros elétricos, sugere a obrigatoriedade de previsão de tomadas para carros elétricos nas garagens, impactando diretamente sobre as ações quando às mudanças climáticas, especialmente nos eixos de transporte. Sugere também a obrigatoriedade de reutilização de águas subterrâneas, que observamos nas novas construções o desperdício no despejo junto às sarjetas.</p> <p>Entende que os avanços foram tímidos, dando prioridade às vagas de garagens não computáveis.</p> <p>Também cita a importância de fiscalização dos lançamentos do IPTU das edificações concluídas que acabaram edificando mais do que fora aprovado. Pede diretriz para o levantamento para que as edificações irregulares paguem o devido imposto por área construída à Prefeitura.</p>
2	Elisa Rocha CADES Vila Mariana	<p>Inicia sua fala argumentando sobre o engajamento qualificado, sugerindo mudanças nos termos técnicos para facilitar a participação social nos processos e dar clareza às questões que mobilizaram as alterações propostas e quais são os objetivos. Essas ações proporcionarão um debate mais qualificado. Cita a incompatibilidade entre as propostas efetuadas, a devolutiva e à minuta apresentada. Identifica que as propostas foram consideradas nos documentos produzidos, porém não foram incorporados à minuta. Como exemplo, cita o pedido de revisão do artigo que conceitua a rede hídrica e ambiental, identifica inclusão de revisão dos parques, porém a proposta de adição dos aquíferos no mapa da rede hídrica não teve tradução na minuta, embora considerado nos relatórios temáticos. Identifica falta de conexão, em muitos casos, das análises das propostas com a minuta. Pergunta como retomar o que foi apresentado nos diagnósticos e o que efetivamente se encontra na minuta.</p>

3	Flávio Scavasin CADES Pinheiros	<p>Propõe a interlocução deste plano com o PLANPAVEL, PANCLIMA, e plano de prevenção de enchentes entre outros. Também aponta a importância em rever o termo “poderá” por “deverá”, para que as ações se efetivem. Sugere aumentar a questão do desestímulo ao uso dos carros na cidade e do aumento de áreas verdes na cidade. Sugere alterações nos seguintes artigos:</p> <p>§ único do Art. 2º- Alterar de “passa a ser orientada” para “deverá implementar”;</p> <p>§ único do Art. 3º- Sugere mudança dos PIU para “Plano”, para ajuste de questão jurídica, com a manutenção da gestão democrática para todos os PIU, com ampla participação social;</p> <p>Art. 14 – que inclui o art. 77-B na Lei 16.050/2014 aponta que não há definição sobre o que é “substancial” e sugere que ativação dos eixos seja submetida ao C MPU e só ocorra após a licença de operação, de inauguração da obra;</p> <p>Art. 15 – que altera o inciso III do art. 80 da Lei 16.050/2014, sugere veto completo ao artigo, por suposto estímulo à produção de garagens;</p> <p>§ 3º do Art. 16 – Aponta que não está definido o que são “questões supervenientes” e que é necessário definir para não abrir margem à arbitrariedade;</p> <p>§ 2º do Art. 17 - Substituir “deverá evitar” por “não poderá o uso de soluções que cause desequilíbrio nos ecossistemas naturais (...)” para tirar a subjetividade;</p> <p>Art. 18 – que altera o artigo 90 da Lei 16.050/2014, substituir “poderá exigir” por “o poder público exigirá”;</p> <p>§ 2º do Art 19 – Substituir “poderá” por “deverá”;</p> <p>Incisos IX e X do art. 19 - Sugere ampliar abrangência do PEUC para toda a cidade;</p> <p>Art. 31 – Sugere veto total ao artigo, apontando piora a situação das ZOE e criação de instrumento inexistente no PDE;</p> <p>Art. 34 – Veto ao regramento por decreto, sugerindo que tenha o mesmo procedimento que todos os outros PIU;</p> <p>§ 10º do Art. 37 – Substituir “estarão sujeitos” por “deverão ser precedidos por EIV/RIV(...)”;</p> <p>§ único do Art. 38 – Substituir “deverá considerar” por “deverá conter explícita e detalhadamente medida compensatórias com análise (...)”;</p> <p>Art. 49 – que altera o inciso II do art. 327 da Lei 16.050/2014 sugere inclusão de membros de outros conselhos no C MPU, incluindo outros CADES, não apenas o C MPD;</p>
---	---	--

3	<p>Flávio Scavasin CADES Pinheiros</p>	<p>Artigo 50 – que altera o § 2º do atr. 347 da Lei 16.050/2014 substituir “deverão ser considerados” por “deverão ser implementados antes da revisão dos planos regionais (...)”;</p> <p>Inclusão de novo artigo, alterando artigos 265 e seguintes do Plano Diretor Estratégico – “É necessário salvar todas as áreas verdes e particulares da cidade e usar fundo público formado por incidência em todos os licenciamentos construtivos aprovados na cidade, visando indenizar a propriedade de todas as áreas verdes da cidade”;</p> <p>Inclusão de novo artigo, alterando artigos 276 do Plano Diretor Estratégico – “definir o conceito de <u>excepcionalmente</u> e definir quais são os critérios usados pelo executivo; e em seu § único - definir o termo <u>excepcionais, de comprovada necessidade (...)</u> para comprovação dos índices estabelecidos de demanda da região”.</p>
4	<p>Jupira Cauhy CADES Lapa</p>	<p>Entende que a população precisa se reconhecer na minuta proposta e no quadro comparativo, citando a inevitável comparação com o diagnóstico, a análise crítica do que é proposto, reforçando a importância da linguagem acessível e clareza das informações.</p> <p>Aponta a proposta de alteração semântica proposta para os Projetos de Intervenção Urbana - PIU (de Projeto para Plano), indicando que se tenha cuidado na alteração proposta, por tudo que elas envolvem.</p> <p>Sobre PIU de Zonas de Ocupações Especiais - ZOE, indica a necessidade de se ter uma ampla participação popular em sua formulação.</p> <p>Observa distância entre o que foi apresentado nas discussões dos colegiados frente ao que foi apresentado na minuta. Reforça a importância da alteração dos verbos “poderá” por “deverá” - que indicam ações diferentes, colocada pelo Conselheiro Flavio Scavasin e questiona sobre qual instrumento de fiscalização e de punição pelo não cumprimento das disposições previstas no Plano Diretor Estratégico, ou outro instrumento urbanístico, citando inclusive os diversos planos que já foram elaborados – evidenciando os planos ambientais. Pergunta em que medida as propostas para melhorar o Plano Diretor Estratégico - PDE serão fiscalizadas, enquanto instrumento aplicado ou não, e respectiva punição pelo não cumprimento pelos poderes executivo e legislativo.</p> <p>Também entende ser importante indicar de forma expressa todos os dispositivos do PDE que ainda necessitam de regulamentação.</p>

5	Ítalo Leonelo Junior Conselheiro Participativo Mooca	<p>Sugere uma maior contrapartida das construtoras em concessões e empreendimentos, e que essas contrapartidas sejam feitas nas áreas dos empreendimentos, onde sofrem os impactos das obras – em especial com drenagem de águas pluviais e rede de esgoto, e não em outras localidades distantes.</p> <p>Também propõe a obrigatoriedade da construção de vagas de garagem para qualquer unidade, independentemente do tamanho delas. Cita os impactos causados por empreendimentos que não contemplam vagas de estacionamento especialmente quanto à ocupação dos automóveis da área pública de ruas e avenidas.</p>
6	Eduardo Fernandes de Mello CADES Lapa	<p>Critica a mudança de denominação do termo “Programa de Bacia” para “Caderno de Drenagem”, pois, segundo ele, o caderno tem uma forma hermética, que exclui a participação social.</p> <p>Observando o Mapa 12 proposto, identificou a sinalização de piscinões em região da Lapa removendo áreas permeáveis por uma obra em que a população é contrária. Entende ser importante a participação no desenvolvimento do planejamento do sistema de drenagem, e que seja planejado pensando também na caminhabilidade do território.</p> <p>Pergunta também se a Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana - SIURB possui um plano socioambiental do território da Subprefeitura da Lapa para que os conselheiros do CADES possam estudar, uma vez que faz parte da atribuição dos conselheiros.</p>
7	Wagner Wilson Conselheiro Participativo Mooca	<p>Cita que já foi conselheiro do CADES Mooca em gestão anterior (2011/2013) e, atualmente, é conselheiro do Conselho Participativo Municipal da Subprefeitura Mooca – CPM Mooca.</p> <p>Relata que contribuiu no desenvolvimento de Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto de Vizinhança - EIV-RIV pelo CADES Mooca e compartilha com os demais conselheiros de forma a contribuir com a atuação dos CADES para a revisão do Plano Diretor Estratégico em pauta, e promover uma interação maior entre o CADES e o CPM.</p>

8	Maria Bonafé CADES Butantã e Supervisora de Planejamento da Subprefeitura Butantã	<p>Cita o envio de propostas recolhidas pela Subprefeitura em atividades com os munícipes através de processo SEI específico.</p> <p>Sugere que os empreendedores sejam obrigados a tratar o esgoto e o próprio lixo produzido pelos empreendimentos, além de reaproveitarem água, considerando o insano adensamento que ocorre.</p>
9	Aline Bruno de Alencar CADES Parelheiros	<p>Sugere um aumento da fiscalização para garantia de aplicação do Plano Diretor Estratégico. Entende ser necessária a execução de projeto habitacional para o extremo sul da cidade, principalmente por conta dos loteamentos irregulares existentes na região.</p> <p>Pede a realização de novos concursos públicos para que a população possa ter atendimento adequado dos órgãos públicos.</p> <p>Pergunta qual a melhor forma de ajudar os indígenas que residem fora da aldeia, e solicita os estudos elaborados para consulta.</p>
10	Rosângela Vieira de Souza CADES Campo Limpo	<p>Sobre a questão da gestão de resíduos sólidos, aponta que não há nada efetivo quanto à melhoria os números relacionados à reciclagem e às premissas de gestão de resíduos no Plano Diretor Estratégico - PDE, assim como não há o monitoramento dessa temática.</p> <p>Sugere que essa questão seja endereçada, uma vez que os objetivos e diretrizes das Ações Prioritárias do PDE, já constam do plano, a fim de garantir metas e melhorias nessa questão.</p> <p>Pergunta sobre o monitoramento das questões ambientais, uma vez que não localizou nenhum indicador na plataforma de monitoramento do PDE, questionando qual a meta desejada para a gestão de resíduos sólidos.</p> <p>Quanto ao Quadro 7 - parques; pergunta qual a ordem cronológica entre as definições “em planejamento” e “proposto”.</p>

11	Fátima Franco CADES Sé	<p>Preocupa-se com as vagas não computáveis não possam ser sobressolo, para não criar um problema de verticalização na cidade. Entende que não há problemas quando em subsolo.</p> <p>Faz fala também sobre a importância da proteção de nascentes nos territórios e da importância dos conselheiros e da população em fiscalizar e denunciar problemas com a preservação das mesmas.</p>
12	Jânio Coutinho CADES Jabaquara	<p>Fala sobre sua discordância em atender e priorizar o mercado imobiliário na legislação em revisão.</p> <p>Indica estar preocupado com a questão ambiental e sugere que se tenha uma reserva de áreas para compostagem na cidade.</p> <p>Sugere que a rede hídrica soterrada nas Subprefeituras seja recuperada e que se criem garantias para a proteção de nascentes na cidade de São Paulo.</p> <p>Termina por não apoiar a transformação da frota de gasolina por eletricidade, por falta de capacidade de nossa matriz elétrica, sugerindo apenas a substituição da frota de transporte público para tal.</p> <p>Informa também não apoiar a transformação da frota paulistana em veículos elétricos, preocupando-se com a matriz energética que geraria toda essa demanda.</p>
13	Juliana de Freitas CADES Pinheiros	<p>Em relação ao QUADRO 7 – que trata dos parques públicos, aponta que não foi disponibilizado um comparativo entre o que estava disposto anteriormente e o que está sendo alterado na proposta, sugerindo que seja feita esta publicização. Em relação a Pinheiros, aponta que o Córrego da Coruja é conhecido pelo CADES Pinheiros como uma praça, não um parque linear existente, como está na minuta. Outros dois casos semelhantes são na Mooca/ Tatuapé - Lions Club Penha, e na Vila Maria - Tenente Roberto Faria Lima.</p> <p>Sugere também que não seja alterada a nomenclatura dos Projetos de Intervenção Urbana – PIU para “Plano de Intervenção Urbana” sob risco de não haver Estudo de Impacto Ambiental - EIA nessa modalidade.</p>

14	Ana Luiza da Rocha Franzani Conselheira Participativa Mooca	<p>Cita ausência das propostas oferecidas na oficina participativa realizada junto à Subprefeitura Mooca, durante a Etapa 1 do processo participativo da Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico – PDE.</p> <p>Sugere que haja uma cobrança concreta das construtoras, pelo Plano Diretor Estratégico, para contrapartidas de infraestrutura, uma vez que as mesmas estão verticalizando os bairros, trazendo mais carros e pessoas, sem a necessária infraestrutura para atendê-las, congestionando o bairro.</p>
15	Élio Camargo CADES Butantã	<p>Aponta que não é necessário destruir áreas verdes para fazer mais construções, e que muitas áreas verdes são particulares. Sugere então que se una o Fundo do Meio Ambiente com o Fundo Municipal de Parques, complementado com uma taxa que incida proporcionalmente sobre as licenças construtivas da cidade, para que se tire da iniciativa privada essas áreas e elas sejam preservadas.</p> <p>Cita que o Plano Diretor indicou como Zonas Especiais de Interesse Social 1 – ZEIS 1, todas as favelas da cidade, porém não houve construção de habitações nestes locais. Aponta ser necessário que o poder público implante a política habitacional para a devida utilização dessas áreas.</p> <p>Para as ZEIS 2 e 4, sugere rever e retirar estas ZEIS das áreas verdes de mananciais, das reservas de proteção, por não haver necessidade destas zonas se encontrarem nessas regiões.</p> <p>Por fim, sugere revisão do PLANPAVEL, pois este deixou de fora as áreas verdes que não temos muito mais e não colocou nada para formação dos corredores ecológicos para ligação, conexão das áreas verdes.</p> <p>Identifica como isoladas, as áreas verdes em São Paulo, sendo necessário tornar prioritária a arborização desses corredores para a devida conexão. Além disso, sugere adição do programa de nascentes e recuperação de córregos com o devido aprimoramento das técnicas de permeabilidade, para a devida alimentação das nascentes.</p>